

**TUTELA PROVISÓRIA NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
5.681 ESPÍRITO SANTO**

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S)	: ASSOCIACAO DOS NOTARIOS E REGISTRADORES DO BRASIL
ADV.(A/S)	: GABRIEL PEIXOTO ROCHA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO

1. Ação direta de inconstitucionalidade, com requerimento de medida cautelar, ajuizada pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil Anoreg/BR contra a Resolução n. 014, de 11.9.2008, editada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

2. A autora argumenta que a Resolução n. 014/2008 está eivada de inconstitucionalidade formal por contrariar a al. *d* do inc. II do art. 96 da Constituição da República, pela qual a extinção e o desmembramento de serventias extrajudiciais somente seria possível por intermédio de lei formal, de iniciativa do Poder Judiciário.

3. Em 30.3.2017, o Ministro Dias Toffoli "*não conhece[ceu] da presente ação direta de inconstitucionalidade*" (doc. 11) .

4. Em 17.5.2017, o Ministro Dias Toffoli reconsiderou a decisão (doc. 11) e adotou o rito do art. 12 da Lei n. 9.868/1999 (doc. 17).

5. O Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo prestou informações (doc. 23).

6. A Advocacia-Geral da União manifestou-se pela procedência do pedido (doc. 21).

ADI 5681 TP / ES

7. A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela procedência do pedido (doc. 31).

8. Em 10.9.2018, o Ministro Dias Toffoli indeferiu requerimento de ingresso como assistente simples formulado pela Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de Cartório do Espírito Santo - Acaces (doc. 32).

9. Em 18.9.2018, Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de Cartório do Espírito Santo - Acaces requer ingresso como *amicus curiae* (doc. 34).

10. Em 20.9.2018, a autora informa que “o TJES irá realizar nos dias 25/09/2018 e 26/09/2018 as audiências de escolha para provimento das serventias inconstitucionalmente desmembradas” (doc. 36).

Requer “seja deferida medida liminar de excepcional urgência para que se suspendam os efeitos da Resolução 14/2008 determinando que o TJES promova de forma unificada a escolha das serventias extrajudiciais desmembradas pela resolução ou abstenha-se de delegar/oferecer na audiência os referidos serviços extrajudiciais até a decisão final da presente ação” (doc. 36).

Pleiteia, alternativamente, “ao menos a concessão de medida cautelar para que todas as serventias desmembradas pela Resolução 14/2008 sejam consideradas sub judice e assim, na hipótese de serem escolhidas, não sejam assumidas até o provimento definitivo da presente ação” (doc. 36).

Examinados os elementos havidos no processo, **DECIDO**.

11. A petição da Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de Cartório do Espírito Santo - Acaces veio desacompanhada de procuração com poderes específicos para ingressar nesta ação direta, como decidido no julgamento da Questão de Ordem na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.187.

ADI 5681 TP / ES

12. Defiro o prazo de quarenta e oito horas para a Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de Cartório do Espírito Santo - Acaces regularizar a representação processual, juntando cópia de seu ato constitutivo e procuração com poderes específicos dos advogados subscritores para atuar na espécie, sob pena de indeferimento do pleito formulado.

13. Quanto ao pedido de tutela provisória formulado pela autora, verifica-se que os documentos juntados referem-se a Concurso convocado pelo Edital n. 1/2009, diverso do anunciado na inicial (Concurso para outorga de delegações de serventias extrajudiciais de notas e de registro do Estado do Espírito Santo - Edital n. 1/2013).

Não há informações precisas quanto às serventias extrajudiciais ofertadas no concurso (Edital n. 1/2013) afetadas pela Resolução n. 14/2008, tampouco consta dos autos dados sobre a atual situação das serventias passíveis de escolha pelos candidatos do aludido certame.

14. Intime-se a autora para, em quarenta e oito horas, prestar informações atualizadas sobre as serventias extrajudiciais ofertadas no Concurso Público (Edital n. 1/2013) e explicar os reflexos da resolução impugnada em relação aos concursos (Edital n. 1/2006 e Edital n. 1/2009), juntando documentos justificadores da alegada urgência para análise de medida cautelar.

Intime-se o presidente da Assembleia Legislativa para informar sobre eventual tramitação de projeto de lei versando sobre a reorganização das serventias extrajudiciais capixabas.

Dê-se ciência do Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo sobre o pleito apresentado de tutela provisória e de sua pendência de análise, para o que se aguarda apenas o complemento das

ADI 5681 TP / ES

informações necessárias à decisão sobre o requerimento formulado.

15. À Secretaria Judiciária para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 24 de setembro de 2018.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora